

A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS COMO MODELO PARA A CONTRASTAÇÃO ALEMÃO-PORTUGUÊS

A ORDEM DAS PALAVRAS NA FRASE ALEMÃ E PORTUGUESA À LUZ DESTA GRAMÁTICA

ANTÓNIO FRANCO *

1. Linguística Contrastiva: considerações terminológicas

A designação de Linguística Contrastiva foi uma designação que desde os anos 40 se apresentou como polémica. É que no espaço em que apareceu ou já havia ou surgiram outros concorrentes: a par do termo 'contrastiva' ocorrem igualmente outros rótulos como o de 'comparada', 'comparativa' ou 'comparati(vi)sta', ou 'confrontativa' - um estado de coisas que só por si impõe um esclarecimento ou uma distinção inicial breve.

Linguística Contrastiva não se confunde com Linguística Comparada nem muito menos com Linguística Histórico-Comparada: esta, servindo-se do método comparativo, teve em vista a descrição de estádios desenvolvimentais de línguas diferentes, no âmbito do Indo-Europeu, por forma a verificar a sua afinidade genética, a organizar etimologias e a estabelecer as leis que presidiram às mutações fonéticas dessas línguas e a chegar à reconstituição de uma proto-língua comum. O investigador propunha-se, pois, a reconstrução da mesma língua-mãe, mostrando como, através dos tempos, as diferentes línguas individuais se desenvolveram e diversificaram a partir daquela origem comum. A Linguística Contrastiva, de modo diferente, não tem por objectivo a descoberta de qualquer parentesco entre línguas, nem o estabelecimento de grupos ou tipos de línguas com base na ocorrência de certos traços específicos: seguindo um método sincrónico-analítico, visa a comparação de duas (ou

* Universidade do Porto

mais) línguas ou sub-sistemas de línguas, qualquer que seja a sua origem ou tipo, em ordem a determinar tanto as suas semelhanças como também as suas diferenças ¹.

Esta concepção corresponde aos pontos de vista mais recentemente afirmados e aceites pela generalidade dos linguistas, e representa o estágio a que se chegou após uma longa fase de debates terminológicos essencialmente motivados pela questão de se saber se a Linguística Contrastiva devia fazer incidir a sua investigação só nas diferenças ou também nas semelhanças entre as línguas em estudo. Com efeito, recorde-se, desde a publicação, em 1953, da obra de Weinreich *Languages in Contact* e da de Lado (1957) *Linguistics across Cultures*, a comparação das línguas pretendia concentrar-se essencialmente nos seus contrastes, visto se postular, à altura, que eram as divergências as causas das dificuldades de aprendizagem por parte dos aprendentes de uma segunda língua (L2, daqui em diante). Os anos 70 representaram uma viragem nesta orientação, criticou-se a Linguística Contrastiva como descritivamente incompleta ², e Zabrocki (1970), reconhecendo a importância da consideração também das semelhanças e identidades dos elementos isolados e dos sub-sistemas das línguas em análise, propunha uma "konfrontative Grammatik" que deveria tomar em conta tanto as diferenças como as correspondências entre as respectivas línguas.

Também esta designação estava, no entanto, destinada a ser preterida. A designação de Linguística Contrastiva acabou por se impor e tornou-se a mais frequente - um facto para que contribuiu em primeiro lugar, decisivamente, a posição de Nickel (1972, 10) para quem a expressão "vergleichende oder komparative Sprachwissenschaft" não se recomenda por já estar de outro modo conotada, e a designação "konfrontative Grammatik" deixou de ter justificação em virtude dos objectivos e prática recente da Linguística Contrastiva. De facto, como mais recentemente notam Kühlwein/Wilss (1981:7), uma linguística que ao analisar sistemático-estruturalmente os contrastes linguísticos deixasse fora de consideração as diferenças seria uma contradição em si mesma.

2. Uma justificação para a Gramática Contrastiva

É ponto assente entre os que trabalham na área da contrastividade que a comparação sincrónica de duas línguas se faz com base no mesmo modelo de gramática. No entanto, o trabalho prévio à fase da contrasta-

¹ Cf. FISIÁK, 1980, 1; FISIÁK, 1981a, 43; FISIÁK, 1981b, 2.

² Cf. COSERIU, 1970, 17-19.

ção/comparação propriamente dita é constituído pela descrição individualizada, em separado, de cada uma das línguas (ou dos respectivos sub-sistemas) a comparar — uma descrição que é, ela própria, orientada e desenvolvida não só segundo as linhas de um e mesmo modelo linguístico (cuja qualidade determina a qualidade da gramática contrastiva³) como mediante a manutenção de uma uniformidade terminológica e metodológica.

Este é o pressuposto em que assenta o estabelecimento da comparabilidade ou da equivalência entre os dois (sub-)sistemas, dado que seria difícil entrever-se a possibilidade de comparar dois objectos se o instrumental utilizado fosse já ele mesmo diverso.

O que já se tinha dito atrás quanto aos objectivos que se propõe e o que, no essencial, se acaba de expor sobre a metodologia adoptada pela gramática Contrastiva sugere que se trata, em primeiro lugar, de uma sub-disciplina teórica da Linguística. De facto, esta orientação corresponde a um dos dois tipos de estudos contrastivos⁴ cujas raízes remontam, aliás, aos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, e que foram continuados depois pelo menos por alguns linguistas da Escola de Praga⁵. Mas se se considerar que, enquadrada pelo estruturalismo taxonómico, os seus interesses se voltaram para a optimização de métodos e técnicas de ensino e para fenómenos estruturais de superfície das línguas, que saiu, portanto, de um contexto de aplicação e que, além disso, esteve intimamente ligada à realidade comprovada de que qualquer falante de uma língua natural tem a capacidade não só de adquirir mas também de aprender outra ou outras línguas para além da sua materna, então entende-se tanto mais facilmente que os limites entre teoria e aplicação se apresentem como fluidos e que a vocação da Gramática Contrastiva deixasse de ser exclusivamente a de uma disciplina teórica pura, dedicada estritamente à comparação de duas (ou mais) línguas. É inegável que lhe é atribuído um valor heurístico⁶ na obtenção de conhecimentos sobre como funcionam as línguas naturais, e isso situa-a na área da linguística teórica. Mas, por outro lado, se se argumentar que não lhe está cometida a tarefa de desenvolver modelos descritivos próprios e de continuamente testar as suas hipóteses sobre os sistemas linguísticos, mas que aplica modelos já disponíveis para, por via da comparação das línguas, fornecer informações nomeadamente sobre as dificuldades de aprendizagem das mesmas,

³ Di PIETRO, 1978, 12: "An axiom well worth remembering is that a CA can become as sophisticated as the linguistic theories with which it is associated "

⁴ Cf. FISIÁK, 1981b, 2.

⁵ Id., *ibid.*, 3-4.

⁶ RAABE, 1972, 59.

teremos de nos inclinar para que se trate também de uma ciência aplicada. Nesta perspectiva, a Gramática Contrastiva encontra-se entre dois pólos de um *continuum* que vai do puramente teórico ao aplicado, na confluência de duas correntes, e ocupa um lugar privilegiado de contacto com problemas teóricos e práticos, relacionados com o ensino de segundas línguas.

É assim que entre as razões justificativas dos estudos contrastivos figuram geralmente a experiência prática do professor de L2, problemas de contacto interlinguístico e de bilinguismo e a hipótese da aprendizagem assente no "transfer" (positivo e negativo). Quer dizer, o momento em que, ou a partir do qual, um aluno, por via de regra, aprende uma segunda língua situa-se já para além da fase da sua vida em que, segundo os generativistas, o mecanismo de aquisição da linguagem ainda exerce a sua função. No aprendente já está, pois, consumada a interiorização do sistema de regras da sua língua materna, pelo que ele tende a transferir vários traços, aspectos e dimensões de LI para L2, num processo que conduz a interferências⁷ de vária ordem e que representam uma das principais, se bem que não a única razão das dificuldades de aprendizagem e origem de erros produzidos em L2. É neste terreno que vem operar e é aqui que a Gramática Contrastiva encontra uma das suas justificações. Ela não é nem pretende constituir-se no instrumento que garante a superação de todas essas dificuldades de aprendizagem; o que pode ser, antes, é, se assim se quiser, um meio auxiliar para os seus destinatários e utentes — e o professor de L2 deve ser considerado o primeiro deles — permitindo-lhes, através da consideração comparativa dos sub-sistemas das línguas em presença, da adequada didactização dos materiais postos à sua disposição, obviar ou chegar à resolução daquelas dificuldades.

Escolha de um modelo para a análise contrastiva alemão-português

Entre as várias questões que se põem à Gramática Contrastiva, a escolha do quadro teórico a seguir para efeito não só da descrição individualizada de cada uma das línguas envolvidas, mas da análise contrastiva propriamente dita, é com certeza uma das que mais atenções merece. É assim que em estudos teóricos sobre problemas de análise contrastiva e seus procedimentos, em trabalhos contrastivos envolvendo qualquer par de línguas e em relatórios sobre projectos se discutem, por via de regra, problemas de teoria e de abordagem; se analisam as vantagens e/ou as

⁷ Weinreich, 1953, 1.

insuficiências de modelos conhecidos para se proporem ou se constatarem novos rumos, face à convicção de que não é adequada uma análise contrastiva sem uma dimensão pragmática — isto é, sem ser complementada pela análise do discurso⁸ ou pela teoria dos actos de fala⁹ ou sem ser apoiada por uma maior atenção aos processos psicolinguísticos da aprendizagem¹⁰; ou se reconhece que certos projectos seguem, antes, uma orientação ecléctica; ou se chama a atenção para o facto de, afinal, não existir nenhum modelo geralmente aceite e seguido; ou, ainda, — apesar disso — se apresentam as razões da opção feita em favor de um determinado tipo de gramática.

Considero ocioso e dispenso-me, por isso, de enumerar aqui os vários projectos contrastivos iniciados nos anos 60 e 70, e hoje em boa parte já terminados, ou os que estão ainda em curso, e de fazer qualquer apreciação quanto ao respectivo tipo de gramática seguida. Mais substancial é justificar, tendo em conta os objectivos do presente trabalho, a preferência que dei ao modelo da Gramática Dependencial (ou de Valências).

Como atrás ficou implícito, quase não se pode falar na existência de estudos descritivos de qualquer par de línguas apoiados num único modelo. Dar a primazia a Gramática de Valências para efeito de estudo da ordem das palavras na frase alemã e portuguesa parece, em face disso, um desvio à prática e ao consenso comuns. O próprio Engel (1981) reconhece, por um lado, que se certas áreas de duas línguas a comparar se quiserem constituir numa parte de uma gramática contrastiva têm de ser descritas segundo modelos mistos, dado aí se envolvem problemas que não se podem fundar ou em categorias puramente morfo-sintácticas ou em categorias puramente semânticas¹¹. Ora, não só a noção de "freie Angabe" e respectivos problemas definitórios, como também o domínio da ordem das palavras na frase considerado na sua globalidade são exemplos de duas dessas áreas. Mas também é certo, por outro lado, e de um ponto de vista não apenas determinado por preocupações de aplicação prática, que não se pode deixar de argumentar com o mesmo linguista: "... die kontrastive Linguistik hat ... nicht nur nach den Inhalten zu fragen, sondern auch nach den Formen, in denen diese Inhalte korrekt wiederzugeben sind. Eine sehr wesentliche Aufgabe kontrastierender Darstellungen besteht im Aufweisen und Gegenüberstellen von Oberflächenstrukturen"¹² (sublinhado meu).

⁸ Cf. SAJAVAARA, 1981a, 53-63.

⁹ Cr. Riley, 1981, 121-146; OLEKSY, 1984, 349-364.

¹⁰ Cf. SAJAVAARA, 1981b, 87-120.

¹¹ Cf. ENGEL 1981, 91.

¹² *Id. ibid.*

Deste modo, para descrever e contrastar estruturas morfo-sintáticas do alemão e do português, nomeadamente a posição do complexo verbal como determinante de outros fenómenos posicionais, este tipo de gramática — que de resto se pode aplicar também com vantagem ao português — parece-me mais adequado que qualquer outro. De facto opera, entre outras, com as noções importantes por que se pode orientar um trabalho contrastivo: a noção de dependência, de valência e a de plano de construção frásica que são verdadeiramente os instrumentos que permitem, dados os nossos interesses, operacionalizar a ideia de que diferentes tarefas pressupõem um instrumental também diferente ¹³.

Nesta ordem de ideias, se é facto que são diversas as regularidades posicionais dos elementos da frase alemã e da frase portuguesa, parece, desde o início, ser compensador e relevante sujeitá-las a uma análise segundo o modelo valencial-dependencial.

Quando se fala em gramática de dependência, tem-se em vista, antes de mais, determinado tipo de gramática ou um processo descritivo que se apresenta como concorrente de outros, nomeadamente da gramática sintagmática baseada no princípio da dominância. O que essencialmente caracteriza a gramática sintagmática é que ela se orienta no sentido da, ou se apoia na, relação entre o todo e as suas partes (quer estas sejam morfemas, palavras ou unidades maiores), analisa o todo por níveis sucessivos até chegar às unidades menores. A técnica de reescrita permite que entre a categoria inicial — a frase — e as terminais — palavras ou morfemas — se introduza uma série de categorias intermédias e os elementos se situem em níveis diversos.

De modo diferente, a gramática de dependência (que aliás só emprega uma parte dessas categorias) conduz a sua descrição sobretudo no sentido das partes para o todo, explicando este através daquelas. Para a gramática de dependência, as unidades linguísticas são representadas ou ocorrem uma única vez, as relações entre os elementos são entendidas como relações de co-ocorrência, de tal modo que a ocorrência de um elemento permite concluir pela ocorrência de outros.

Assim, um elemento X é condição para a ocorrência de, por exemplo, Y e Z. É disso que se dão conta os diagramas (*stemmata*) utilizados por este modelo gramatical: a ordenação ou a disposição dos elementos é tal que a dado elemento é conferida uma posição mais elevada — a do regente — e a outro, uma posição mais baixa — a do dependente — na descrição *vertical* de uma construção. A direcção desta hierarquia "ist keineswegs naturgewachsen oder irgendwie durch 'die Sprache' vorgege-

¹³ Cf. ENGELEN, 1975, 20: "... und daß es durchaus sinnvoll ist, für verschiedene Zwecke unter Umständen verschiedene Beschreibungsstrategien zu erarbeiten."

ben, sie ist ein Artefakt" (Engel 1977, 30), resulta tia decisão arbitrária do linguista. Dependência ou esta concomitância dirigida é, pois, em primeiro lugar, um instrumento de representação gramatical.

As gramáticas construídas sobre este princípio — e se a unidade de descrição tomada como ponto de partida for a frase assertiva — atribuem a posição mais elevada ao verbo, cujos dependentes são os actantes ("Ergänzungen"). O número destes actantes ou complementos — entre os quais, ao contrário do que sucede noutros modelos, figura o sujeito — é determinado pelo verbo, isto é, ele tem uma determinada regência. Para o caso íla regência das subclasses verbais (como aliás de outras subclasses de classes de palavras), este tipo de gramática reserva a designação de valência. Ao contrário do que se passa com a noção de dependência, valência não é um constructo gramatical, mas um traço inerente aos verbos (e a outros elementos da língua) e consiste, como já Bühler (1934, 173) definira, em que "die Wörter einer bestimmten Wortklasse eine oder mehrere *Leerstellen* um sich eröffnen, die durch Wörter bestimmter anderer Wortklassen ausgefüllt werden müssen". Se a classe de palavras com que operarmos for ainda o verbo, pode dizer-se que esse número de posições vazias são posições exigidas obrigatória ou facultativamente por ele e estão ancoradas no seu plano posicionai (Stellenplan). Hm virtude disto mesmo, mas também porque certas subclasses de verbos toleram apenas determinados actantes de certa natureza, chega-se por via da combinação dos dois aspectos a determinado número de padrões de construção frásica ou a estruturas sintácticas básicas de dada língua. Se aplicarmos este tipo de gramática — de valências — tanto à língua alemã como à língua portuguesa, teremos uma base segura para descrever as diferenças e as semelhanças sintáctico-estruturais das frases dessas línguas (e também, de um ponto de vista pedagógico, para se poderem ensinar os verbos juntamente com os seus planos de construção frásica).

Mas, para além da razão atrás apresentada para a opção pelo modelo valencial, o que mais decisivamente a determinou foi o facto de, com base nela, se poderem estabelecer princípios que regem a ordem das palavras na frase.

Já em trabalho contrastivo anterior dedicado às partículas modais em português e em alemão segui este modelo para estabelecer regularidades também quanto à posição das PMs na frase portuguesa (Franco 1986a, 82 e segs.). Tive, na altura, a consciência de que o ia aplicar pela primeira vez numa perspectiva contrastiva a fenómenos posicionais da frase portuguesa e que, por isso, a tarefa não estaria facilitada; para o alemão, era claro, o caminho estava preparado e investigação feita. Julgo saber que até hoje a situação não se alterou: não surgiu mais nenhum

trabalho contrastivo que envolva estas duas línguas e se oriente por este tipo de gramática. Se para o alemão o modelo continua a ser aplicado com sucesso; se se prossegue a investigação no sentido da resolução de certas limitações ou de problemas de natureza teórica do modelo ¹⁴ e se ele é tomado como referência em estudos contrastivos também recentes, por exemplo entre o alemão e o finlandês ¹⁵ e o alemão e o romeno ¹⁶, também não tenho um fundamento para deixar de o adoptar agora, depois dos resultados positivos já obtidos.

Na presente comunicação, tenho, porém, de me limitar — tratando-os a título de exemplo — à disposição na frase das formas do complexo verbal ¹⁷ e, intrinsecamente relacionados com ela, aos elementos com capacidade de ocuparem o ante-campo — e, de entre estes últimos, sobretudo aos adjuntos.

A ordem das palavras na frase alemã e a teoria dos campos frásicos

Apesar da flexibilidade aparentemente elevada da posição dos elementos na frase alemã, uma característica da frase assertiva desta língua, definível a partir do verbo, é que a forma finita do complexo verbal ocupa aí normalmente a segunda posição e que a forma ou formas infinitas se encontram, por via de regra, na última posição. Este último caso verifica-se quando o complexo verbal é formado ou por um chamado tempo composto — com o verbo auxiliar "haben" ou "sein" + verbo principal, ou por um verbo auxiliar modal + verbo principal por ele regido.

Nestas condições, origina-se na frase um constructo formado por dois membros a que se chama "verbale Klammer", "verbaler Rahmen", "Satzrahmen" ¹⁸ ou fronteira verbal que secciona a frase em três áreas ou campos ("Felder"): o ante-campo ("Vorfeld"), o campo médio ("Mittelfeld") e o pós-campo ("Nachfeld"). Por ante-campo entende-se o segmento da frase situado antes do verbo finito; o campo médio e a parte da frase compreendida entre o verbo finito e a forma ou formas infinitas do verbo; e o pós-campo, a parte da frase situada após a(s) forma(s)

¹⁴ Cf. TARVAINEN, 1955.

¹⁵ TARVAINEN, 1985.

¹⁶ STANESCU, iys6.

¹⁷ ENGEL, 1977, 107 e 112 e seg.; RALL/ENGEL/RALL, 1977, 33 e 57 e segs.

¹⁸ ENGEL, 1977, 192; RALL/ENGEL/RALL, 1977, 57.

infinita(s) do verbo. Assim, os exemplos seguintes (que, de resto, se devem entender, em primeiro lugar, como provenientes da linguagem falada):

- (1) Becker muß auf Olympia verzichten wegen Fuß-Verletzung.
- (2) Eine Menge Geld ist schon ausgegeben worden für Fußballstadien.

não só ilustram essa tripartição, como mostram que os elementos que formam, em cada caso, o complexo verbal, constituem a fronteira (verbal) que enquadra o campo médio e fora do qual se situa, à esquerda, o ante-campo e, à direita, o pós-campo.

É óbvio que nem todos os enunciados da língua alemã apresentam esta configuração e, portanto, uma fronteira verbal manifesta; muito frequentemente, a fronteira verbal encontra-se incompleta ou apenas latente, como em:

- (3) Becker reiste nur als Tourist nach Südkorea.,

visto que o complexo verbal é constituído por um único elemento.

Mas é possível e fácil recuperar o "Satzrahmen" mediante uma operação de transformação desta frase numa outra com o verbo no "Perfekt", no "Plusquamperfekt" ou com um auxiliar modal com significado próprio e não apenas como portador de uma função modal gramatical, por forma a que a sua configuração passe a ser:

- (4) = (3) Becker reiste nur als Tourist nach Südkorea. =>
- (5) Becker ist/war nur als Tourist nach Südkorea gereist.
- (6) Becker kann nur als Tourist nach Südkorea reisen.

Para além disso, deve notar-se também que a fronteira verbal pode ser constituída pela parte finita de dado verbo e pelo seu prefixo (ou partícula separável), como se ilustra em:

- (7) Der NOK-Präsident lud ihn als Tourist nach Seoul ein.

Pelo que diz respeito à ocupação dos três campos frásicos ou ao facto de permanecerem vazios, são válidas as seguintes afirmações gerais:

- a) o ante-campo de uma frase assertiva é ocupado por um único elemento;

- b) o campo médio é aquele em que pode ocorrer um número de elementos não especificados ou, em teoria, ilimitado;
- c) o pós-campo não precisa necessariamente de ser ocupado, isto é, não há razões gramaticais que justifiquem a sua ocupação.

Em relação a *a)* — a área que mais nos interessa — e para complementar essa informação, recorde-se que os elementos capazes de ocupar a primeira posição sintáctica na frase são quase todos os membros da frase, isto é, em primeiro lugar os actantes, a maior parte dos adjuntos, as partes infinitas do complexo verbal e também os actantes nominais e adjectivos¹⁹. Para além disso, encontram-se ainda os casos especiais em que esta posição ou não é ocupada ou o é por mais que um elemento²⁰.

Sem atender a esses casos excepcionais e para nos fixarmos portanto em enunciados em que isso não está em jogo, duas situações se podem verificar na ordem dos elementos da frase assertiva:

a) ou a primeira posição sintáctica é ocupada pelo actante sujeito e os elementos se dispõem segundo uma ordem básica que corresponde à ordem que a gramática em primeiro lugar gera, não advindo daí, em teoria, dificuldades para um aprendente português de alemão; ou

b) a frase é iniciada por exemplo por um actante que não o sujeito ou então por um adjunto, causando essa ordem, em muitos casos, uma dificuldade de aprendizagem da sintaxe alemã.

Este aspecto, que pode passar despercebido ou apresentar-se como redundante, só ganha verdadeiramente pertinência quando analisado do ponto de vista contrastivo; por isso, também as razões daquelas dificuldades serão apresentadas mais adiante em pormenor.

A ordem das palavras na frase assertiva portuguesa

A questão da ordem das palavras na frase assertiva portuguesa é normalmente abordada com observações que equivalem à afirmação de que o português, tal como outras línguas românicas, é do tipo SVO. Trata-se, pois, de uma língua em que os termos da frase ocorrem predominante, habitual ou frequentemente na chamada "ordem directa". Esta,

¹⁹ Trata-se de sintagmas preposicionais cujos regentes são, respectivamente, muitas vezes, substantivos deverbais e certos adjectivos.

²⁰ Para estes casos, cf. ENGEL. 1977, 209 e segs., e RALL/ENGEL/RALL, 1977, 59 e segs..

como as gramáticas por via de regra explicam, corresponde à ordem linear ou à sequência sujeito + verbo + objecto directo + objecto indirecto (+ complementos circunstanciais) e distingue-se da "ordem inversa" — segundo a qual a ordem dos elementos frásicos aparece de algum modo alterada. As razões aduzidas para esta versatilidade ou para a facilidade com que o português altera a ordem entendida como normal são formuladas de modos diversos: ou são "exigências de expressão" ²¹, ou são factores de "natureza estilística" e de "natureza gramatical" ²² ou "processos de marcação prosódica ou sintáctica" ²³. Quer dizer, aquilo que as gramáticas do português fornecem de conhecimentos nesta área sobretudo a potenciais aprendentes portugueses de alemão como segunda língua parece-me não ter qualquer utilidade prática, tanto mais que não se segue um enquadramento teórico definido.

Assim sendo, um aprendente lusófono de alemão não sente — naturalmente — senão dificuldades face ao conjunto de regras de posição dos elementos da frase alemã que considera serem substancialmente diversas das correspondentes na sua língua materna. E se há por vezes aproximações e paralelismos, são de facto as diferenças que se lhe impõem e são responsáveis pelos fenómenos de interferência que não raro subsistem muito para além de certo período inicial de aprendizagem.

Para se poder avaliar correctamente das diferenças de construção nas duas línguas, considere-se em primeiro lugar a posição do complexo verbal na frase assertiva portuguesa.

Em português não se verifica que a parte finita do complexo verbal ocupe a mesma posição fixa, a segunda, como em alemão. Aqui, como se disse atrás, o verbo é o elemento em torno do qual se posicionam os actantes e os adjuntos; e se um qualquer destes ocupar a primeira posição sintáctica, o ante-campo, isso implica automaticamente que todos os restantes elementos ocupem uma posição à direita do verbo finito. Na língua portuguesa isso não se dá necessariamente, e, por isso e por razões de natureza contrastiva com o alemão, podemos distinguir fundamentalmente três grupos diversos.

Em primeiro lugar, o das frases em que os membros se dispõem segundo a "ordem directa", como em:

- (8) O avião chegou atrasado.
- (9) O ministro empossou a nova comissão.
- (10) O grupo visitou as novas instalações.

²¹ Aguilar/Góis, 1967, 212.

²² CUNHA, 1971, 74-75.

²³ MATEUS *et al.*, 1983, 221.

Em segundo lugar, o caso dos enunciados em que, como nos seguintes, ocorre apenas um actante ou um adjunto antes da forma finita do complexo verbal, a qual ocupa, tal como nos exemplos anteriores, a segunda posição:

- (11) O piloto brasileiro alcançou aqui a sua melhor marca.
- (12) No final do ano passado surgiram convites de vários lados.
- (13) Entretanto chegaram as delegações dos outros países.

Em virtude destas posições relativas dos vários elementos, poderia pensar-se, numa perspectiva contrastiva, que tais frases, mesmo as do grupo anterior, não são fontes de erros para o aprendente português; mas elas, sobretudo (12) e (13), conduzem a hipergeneralizações de vários tipos, um fenómeno cuja génese não deixa de ser reforçada por construções como as que apresento já a seguir.

Trata-se de enunciados em que se cumulam ou podem cumular adjuntos de vários tipos à esquerda do complexo verbal, ainda combinados ou não com o actante sujeito:

- (14) "Situado no Norte de Portugal, à beira do Atlântico, o Porto que se estende ao longo dos últimos cinco quilómetros da margem direita do rio Douro, é o centro de uma boa rede de comunicações".²⁴
- (15) Em termos quantitativos, este ano Portugal não atingiu o número máximo de turistas.
- (16) "A partir de 25 de Setembro, na RTP-1, aos domingos, das 17 às 19 horas, surgirá a quarta edição do ...".²⁵
- (17) "Na mesma altura, e também com a presença de autoridades regionais, V. B. inaugurou o novo edifício dos Correios." ²⁶

Exemplos desta natureza — que justificam que para a língua portuguesa se tenha necessariamente de alargar o conceito de capacidade de ocupação do ante-campo ("Vorfeldfähigkeit") — constituem porventura o grupo mais interessante do ponto de vista da contrastividade no âmbito do português-alemão. De facto, fornece materiais para erros de sintaxe aos aprendentes lusófonos de alemão não habituados a operar com regras já na sua própria língua materna e que também não tiveram talvez a oportunidade de tratar adequadamente e interiorizar certas regularidades

²⁴ Exemplo extraído de um folheto turístico sobre o Porto.

²⁵ Exemplo tirado da TV Guia, n.º 503, pág. 22.

²⁶ De "O Tempo", 22 de Setembro de 1938. pág. 20.

sintáticas do alemão. E a tendência é muitas vezes para manter os elementos frásicos na mesma ordem que a gramática portuguesa tolera ou para apresentar construções desviadas daquelas em que, em teoria, se reconheciam condições para uma transferência positiva (como em (11)-(13)).

Por outro lado, os enunciados até aqui apresentados como exemplo e que ilustram não só a variabilidade posicional do actante sujeito e dos adjuntos, como as diferentes posições em que um e outros podem ocorrer em relação ao verbo finito, todos têm um complexo verbal constituído apenas por um elemento. Se tomarmos agora em consideração enunciados que, em vez de uma única forma verbal, apresentem um complexo verbal constituído por mais que um elemento, como em:

- (18) Nos últimos anos o nosso departamento de desporto tem crescido a olhos vistos.
- (19) Não tínhamos até ao momento descoberto a avaria na máquina.
- (20) Os operadores tinham então para esse efeito utilizado as mais modernas técnicas disponíveis.,

teremos de constatar que

- 1) o facto de o complexo verbal consistir em mais que uma parte não determina qualquer alteração substancial na ordem dos elementos da frase em relação à forma finita do verbo e
- 2) a(s) parte(s) infinita(s) do complexo verbal não ocupa(m), como sucede na frase assertiva alemã, a posição final e não constitui/constituem, como ali, o segundo elemento da fronteira verbal, mas surge(m) próxima(s) à forma finita, quer mesmo junta(s) a esta ou separadas(s) por um ou mais elementos — actantes, na forma de pronomes elíticos, ou adjuntos —, mas sem que se possa falar numa acabada cisão topológica do complexo verbal como em alemão é o caso.

Deste modo, não se pode estabelecer que a parte finita e a(s) parte(s) infinita(s) do complexo verbal formem no português uma fronteira verbal que determine a partição da frase em três campos, como em alemão. Os poucos materiais que se podem posicionar entre a parte finita e a(s) infinita(s) do verbo não ocorrem aí por razões de estrita obrigatoriedade sintáctica, com excepção de certos casos que envolvem os clíticos, de modo que admitir um campo médio seria criar na frase uma área de expressão muitíssimo reduzida que, aliás, nem sempre se actualiza,

visto que, por exemplo em frases com negação predicativa ou então iniciadas por um quantificador, os clíticos ocorrem antes da forma finita do complexo verbal, isto é, no ante-campo. Assim, não parece haver uma justificação para se considerar um campo médio, mas apenas o ante-campo e o pós-campo na frase portuguesa.

Perante estes dados, podem-se resumir, portanto, as diferenças de posição dos elementos nas frases das duas línguas:

- Traço típico da frase alemã é a existência de uma fronteira verbal latente ou manifesta, que divide a frase em três campos; para o português não se poderá falar em fronteira verbal e terá de admitir-se apenas uma bipartição da frase em dois campos.
- Na frase alemã, a primeira posição sintáctica é ocupada normalmente apenas por um elemento; na portuguesa podem ocorrer diversos elementos no ante-campo.
- Em alemão, a forma finita do complexo verbal ocupa, por via de regra, a segunda posição na frase; em português, essa posição não é fixa, dado que nesta língua a noção de 'Vorfeldfähigkeit' não é tão estrita como em alemão e a ocupação do ante-campo se faz segundo outras regularidades.

Do que atrás se expôs, que consequências se podem tirar, nomeadamente com vista à aplicação didáctica do modelo valencial?

Em primeiro lugar, defendo que logo no início (o que não significa evidentemente na primeira aula) do ensino/aprendizagem do alemão como L2 haveria grande vantagem em introduzir e explorar com cuidado e rigor a noção de valência, não a confinando necessariamente ao verbo, mas fazendo notar que se trata igualmente de uma característica inerente a outras categorias de palavras como substantivos e adjectivos. Mas poderia muito bem começar-se pelos verbos, inclusivamente por aqueles que por razões instrumentais ocorrem porventura mais frequentemente em situação escolar, como por exemplo *fragen* e *antworten*, desenvolver-se, a partir deles, um sentido pela estrutura de superfície da frase e lançarem-se posteriormente, no momento que se considerasse adequado, os conceitos de actante e de adjunto.

Assim, poderia bem partir-se de que a valência desses verbos determina a construção das frases que integram:

fragen A Nom	Peter fragt.
fragen A Nom + A Ac	Peter frage einen Herrn.
antworten A Nom + A Dat	Der Herr antwortet dem Jungen.,

facto em que se devia sistematicamente insistir, evitando operar apenas com palavras isoladas. Ora parece não ser esse o caminho que muitas vezes se segue, e, face à produção em alemão de que é capaz uma boa parte dos nossos estudantes universitários, fica-se com boas razões para se perguntar se não teria valido a pena investir mais e de outro modo já na fase pré-universitária de ensino/aprendizagem. Mas também não há dúvida que, para se otimizar a aplicação deste procedimento em L2, já se devia poder contar com um trabalho previamente realizado: o aluno devia ou podia, com efeito, estar habituado a trabalhar de modo semelhante na sua própria língua materna e estar familiarizado com o mesmo modelo de gramática, pois não devia caber aos docentes de uma L2 como o alemão a tarefa de provar, também para LI, qual a importância de ensinar uma língua tanto nas suas relações paradigmáticas como nas sintagmáticas.

Neste contexto, não posso deixar de lembrar de passagem quanto pertinente é o capítulo dedicado à sintaxe de regência das gramáticas portuguesas da segunda metade do século XIX²⁷, e considero grande perda terem-se descurado mais recentemente tais aspectos no ensino do português como LI, tanto mais que é sobre este pano de fundo que se efectua a aprendizagem de uma L2.

Por outro lado, creio que a descrição dos verbos, substantivos e adjectivos segundo uma orientação valencial é um contributo muito eficiente para o ensino do vocabulário e acaba, a mais longo prazo, por se reflectir positivamente no trabalho do estudante que se lenha de ocupar de textos literários ou de quaisquer outros, ou essencialmente ainda no trabalho do estudante de tradução, constituindo um dos seus instrumentos preciosos na análise do texto a traduzir.

Pelo que respeita à posição relativa dos elementos na frase alemã, e uma vez que ela difere da portuguesa, a tarefa a desenvolver aqui parece-me ter de merecer redobrada atenção. De facto, em análises de erros a que tenho procedido esta área é a responsável pelo mais elevado número de desvios registados²⁸. Por isso, valerá a pena não manter no primeiro lugar de preferências a estratégia do "efficient Pidgin"²⁹ e antes conduzir e sensibilizar os aprendentes para a importância de um número afinal reduzido de regras posicionais basilares mas de alta frequência. Com esse objectivo em vista, podemos lançar mão de outros instrumentos de trabalho e adoptar, como o fazem Rall/Rall (1981), um conjunto de sinais convencionais ou símbolos geométricos que, combinados com a iden-

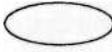
²⁷ BARBOSA, 1866, 262 e segs.; CONSTANCIO, 1855, 176 e segs..

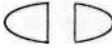
²⁸ FRANCO, 1986b, 35 e segs..

²⁹ De que fala Enkvist, 1973, referido em KASPER, 1977, 55-57.

tificação e classificação dos vários membros frásicos, permitem visualizar graficamente as regras por que se regem as posições dos elementos na frase.

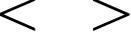
São símbolos como por exemplo:

 para o complexo verbal formado por uma só parte (=V)

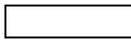
 para a 1.^a parte (finita) e para a 2.^a parte (ou partes) infinita(s) do complexo verbal ou

para a parte finita do complexo verbal e para a partícula separável do verbo: (V1 V2)

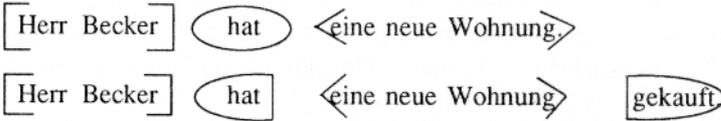
 para o actante sujeito

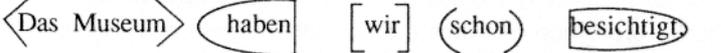
 para os diferentes actantes em geral

 para os adjuntos

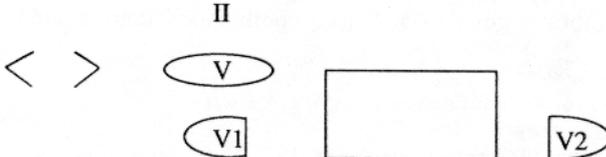
 para elementos frásicos não classificados.

E a sua aplicação prática a frases, de modo a evidenciar as posições ocupadas pelos membros respectivos, reveste os seguintes aspectos:





Utilizando exclusivamente os símbolos, isto é, as regras posicionais vazias, temos a configuração que se segue e que é válida para a frase assertiva com um complexo verbal constituído apenas por uma parte ou por mais que uma:

II


"II" assinala evidentemente a posição fixa — a segunda — do verbo Finito.

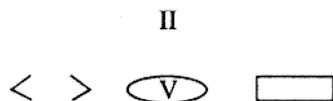
Estes sinais devem ser entendidos como instrumentos auxiliares para a integração gradual da gramática na aula, sem que o interesse do aprendente seja desviado. E, de acordo com o espírito do modelo valencial, o primeiro dos símbolos a utilizar pode ser o do verbo simples, visto que é a partir dele que outras posições se definem e porque ocupa na frase alemã uma posição apesar de tudo muito rígida para o aprendente português.

O cuidado inicial na utilização do símbolo para o verbo simples prepara posteriormente o caminho para os dois símbolos correspondentes aos dois elementos que na frase alemã formam a fronteira verbal: ◁ ▷

Os outros sinais serão explorados adequadamente de acordo com a progressão das aulas, com os materiais didáticos e com as necessidades, receptividade ou dificuldades das respectivas turmas. E todos serão utilizados não só numa fase de apresentação como também na fase de produção guiada, cabendo-lhes um papel importante na correcção dos erros. Quer dizer, em vez de o professor corrigir os erros produzidos pelos aprendentes, pode assinalar esses erros com os respectivos símbolos, de modo a que sejam os próprios alunos a corrigi-los tomando consciência deles.

Finalmente, podem-se formular, digamos por extenso, as duas regras fundamentais aplicáveis à frase assertiva. A primeira regra, respeitante à posição do verbo finito na frase alemã:

o verbo ocupa a segunda posição na frase assertiva



É talvez a regra mais importante para o aprendente português de alemão, em virtude do que dissemos acerca do número de elementos que podem ocorrer no ante-campo da frase portuguesa.

A segunda regra:

a partícula separável do verbo ou a parte infinita do complexo verbal ocupam a última posição da frase



Regras idênticas podem posteriormente, de acordo com os conhecimentos entretanto adquiridos pelo aprendente, também formular-se para se dar conta da posição relativa dos outros elementos da frase particularmente no campo médio e tendo em conta, além disso, outros tipos de frase e frases complexas.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILAR, I. T. de/ GÓIS, A. R., 1967, *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Lisboa: Liv. Didáctica
- BARBOSA, J. S., 1866, *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- BÜHLER, K., 1934, 1965, *Sprachtheorie*, Stüttgart: G. Fischer Verlag.
- CONSTANCIO, F. S., 1855, *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, Pariz: Aillaud, Monlon e C.^a.
- COSERIU, E., 1970, "Über Leistung und Grenzen der kontrastiven Grammatik", in: Moser, H. (Hrsg.), *Probleme der kontrastiven Grammatik. Jahrbuch 1969*, Düsseldorf: Schwann, 9-30.
- CUNHA, C., 1971, *Gramática Moderna*, Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, S.A..
- DI PIETRO, R. J., 1978, *Language Structures in Contrast*, Rowley, Mass.: Newbury House Pub..
- ENGEL, U., 1970, "Die deutschen Satzbaupläne", in: *Wirkendes Wort* 20/6, 361-391.
- 1977, *Syntax der deutschen Gegenwartssprache*, Berlin: E. Schmidt Verlag.
- 1981, "Die laufenden kontrastiven Projekte des Instituts für deutsche Sprache", in: Kühlwein, W./Thome, G./Wilss. W. (Hrsg.), *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft*, München: Fink, 83-93.
- 1983, "Wider den leichtfertigen Sprachvergleich. Zum Verhältnis von Grammatikmodell und kontrastiver Beschreibung: Ansätze zur Problematisierung", in: Wierlacher, A. (Hrsg.), *Jahrbuch Deutsch als Fremdsprache 1983*, München: Hueber. 85-95.
- ENGELEN, B., 1975, "Überlegungen zum Syntaxunterricht auf der Grundlage eines Dependenzmodells", in: *Deutschunterricht* 27/6, 19-32.
- FANSELOW, G., 1987, "Über Wortstellungstypologie. Anlässlich eines Buches von John Hawkins", in: *Zeitschrift für Sprachwissenschaft* 6,1, 114-133.
- FISIAK, J., 1980, "Editor's Introduction". in: Fisiak, J. (ed.), *Theoretical Issues in Contrastive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, B. V., 1-7.
- 1981a, "English-Polish Contrastive Linguistics in Poland since 1974", in: Kühlwein, W./Thome, G./Wilss. W. (eds.), *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft*, München: Fink, 43-52.
- 1981b, "Some Introductory Notes Concerning Contrastive Linguistics" in: Fisiak, J. (ed.), *Contrastive Linguistics and the Language Teacher*, Oxford: Pergamon Press, 1-11.
- FRANCO, A. C., 1983. "Ansätze zu einer deutsch-portugiesischen Fehlerlinguistik" in Schmidt-Radefeldt, J. (Hrsg.), *Portugiesische Sprachwissenschaft*, Tübingen: Narr, 231-258.
- 1986a, *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Porto, Diss.
- 1986a, *Uma Análise de Erna no Ambito do Português-Alemão Análise com base na produção escrita de aprendentes portugueses de alemão como segunda língua*, Porto, Diss.
- GÖTZE, L., 1979, *Valenzstrukturen deutscher Verben und Adjektive. Eine didaktische Darstellung*, München: Hueber.
- KASPER, G., 1977. "Normentscheidungen bei der identifizierung fremdsprachlicher Fehler", in: Bausch, K.-R./Kühlwein, W. (Hrsg.), *Kontrastive Linguistik und Fehleranalyse — Psycholinguistik — Kongreßberichte der 7. Jahrestagung der GAL e.V. Trier 1976*, Bd. IV, Stuttgart: Hochschul Verlag, 47-59.

- KÖNIG, E., 1983, "Zur Wahl eines geeigneten Modells für kontrastive Grammatiken", in: Wierlacher, A. (Hrsg.), *Jahrbuch Deutsch als Fremdsprache 1983*, München: Hueber, 96-104.
- KÜHLWEIN, W./WILSS, W., 1981, "Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft", in: Kühlwein, W./Thome, G./Wills, W. (Hrsg.), *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft*, München: Fink, 7-17.
- LADO, R., 1957, *Linguistics across Cultures*, Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- MATEUS, M.H.M. et al., 1983, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.
- MODE, D., 1987, *Syntax des Vorfelds Zur Systematik und Didaktik der deutschen Wortstellung*, Tübingen: Niemeyer.
- NICKEL, G., 1972, "Einteilung Zum heutigen Stand der kontrastiven Sprachwissenschaft", in: Nickel, G. (Hrsg.), *Reader zur kontrastiven Linguistik*, Frankfurt/M.: Athenäum, 7-14.
- OLEKSY, W., 1984, "Towards pragmatic contrastive analysis", in: Fisiak, J. (ed.), *Contrastive Linguistics. Prospects and Problems*, Berlin: Mouton, 349-364.
- RAABE, H., 1972, "Zum Verhältnis von kontrastiver Grammatik und Übersetzung", in: Nickel, G. (ed.), *Reader zur kontrastiven Linguistik*, Frankfurt/M.: Athenäum, 59-74.
- RALL, M., 1979, "Vom Nutzen der Dependenz-Verb-Grammatik für den einzelnen Schüler", in: Wierlacher, A. (Hrsg.), *Jahrbuch Deutsch als Fremdsprache*, München: Hueber, 87-102.
- RALL, M./ENGEL, U./HALL, II, 1977, *Dependenz-Verb-Grammatik für Deutsch als Fremdsprache*, Heidelberg: Groos.
- RALL, M./RALL, D. 1981, "Gramática pedagógica del alemán para hispanohablantes: las reglas de posición de la oración alemana". in: *Estudios de Lingüística Aplicada*, 1, 6-44.
- RILEY, P., 1981, "Towards a Contrastive Pragmalinguistics", in: Fisiak, J. (ed.), *Contrastive Linguistics, and the Language Teacher*, Oxford: Pergamon Press, 121-146.
- SAJAVAAARA, K., 1981a, "Expanding the Contrastive Analysis Framework", in: Kühlwein, W. et al. (Hrsg.), *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft*, München: Fink, 53-63.
- 1981b, "Psycholinguistic Models, Second-Language Acquisition and Contrastive Analysis", in: Fisiak, J. (ed.), *Contrastive Linguistics and the Language Teacher*, Oxford: Pergamon Press, 87-120.
- 1983, "Theorie und Methodologie der angewandten kontrastiven Analyse", in: Wierlacher, A. (Hrsg.), *Jahrbuch Deutsch als Fremdsprache 1983*, München: Hueber, 73-84.
- SCHMIDT, U.A., 1986, "Ist die Anordnung der Satzglieder in deutschen Satz tatsächlich keinem konsistenten Schema verpflichtet?", in: Burkhardt, A./Kömer, K.-H. (Hrsg.) *Pragmantax. Akten des 20. Linguistischen Kolloquiums Braunschweig 1985*, Tübingen: Niemeyer, 25-35.
- STANESCU, S., 1986, *Verbvalenz und Satzbauplane. Eine deutsch-rumänische kontrastive Studie*, Heidelberg: Groos.
- TARVAINEN, K., 1981, *Einführung in die Dependenzgrammatik* (Reihe Germanistische Linguistik, Bd. 35), Tübingen: Niemeyer.
- 1983, "Zur Eignung der Dependenzgrammatik für Deutsch als Fremdsprache aus kontrastiver Sicht", in: Wierlacher, A. (Hrsg.), *Jahrbuch Deutsch als Fremdsprache 1983*, München: Hueber, 105-118.
- 1985, *Kontrastive Syntax Deutsch-Finnisch*, Heidelberg: Groos.
- WEINREICH, U. 1953, *Languages in Contact*, The Hague: Mouton.
- ZABROCKI, L., 1970, "Grundfragen der konfrontativen Grammatik" in: Moser, H. (Hrsg.), *Probleme der kontrastiven Grammatik, Jahrbuch 1969*, Düsseldorf: Schwann, 31-52.